

O Brasil tem a metade dos médicos que precisa (PAULO LEITE, IZABELLE TORRES E NATHALIA ZIEMKIEWICZ)

Conheça o retrato dramático da saúde pública no Brasil e saiba por que o programa do governo de importação de médicos pode ajudar a resolver esse flagelo

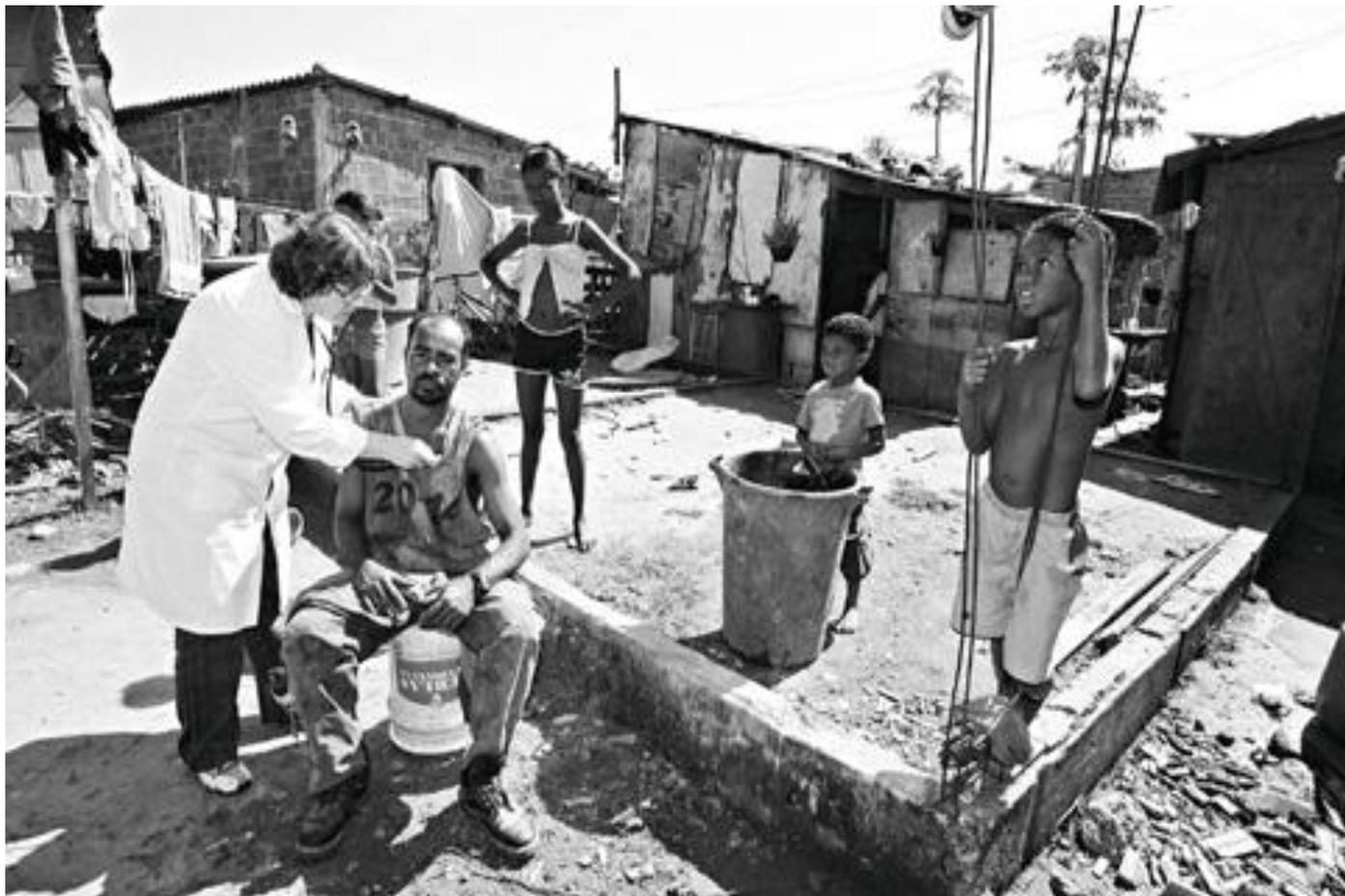
NO INÍCIO do ano, uma pesquisa do Ipea realizada com 2.773 frequentadores do SUS, o Sistema Único de Saúde, indicou que o principal problema de 58% dos brasileiros que procuram atendimento na rede pública é a falta de médicos. Num País com cerca de 400 mil médicos formados, no qual pouco mais de 300 mil exercem a profissão, nada menos que 700 municípios – ou 15% do total – não possuem um único profissional de saúde. Em outros 1,9 mil municípios, 3 mil candidatos a paciente disputam a atenção estatística de menos de um médico por pessoa – imagine por 30 segundos como pode ser a consulta dessas pessoas. Na segunda-feira 8, no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff assinará uma medida provisória e três editais para tentar dar um basta a essa situação dramática em que está envolta a saúde pública do País. Trata-se da criação do programa Mais Hospitais, Mais Médicos. Embora inclua ampliação de bolsas de estudo para recém-formados e mudanças na prioridade para cursos de especialização, com foco nas necessidades próprias da população menos assistida, o ponto forte do programa envolve uma decisão política drástica – a de trazer milhares de médicos estrangeiros, da Espanha, de Portugal e de Cuba, para preencher 9,5 mil vagas em aberto nas regiões mais pobres do País.



LEITOS DESASSISTIDOS - Em 15% dos municípios brasileiros não é possível encontrar um único profissional de saúde

Na última semana, ISTOÉ teve acesso aos bastidores do plano que pode revolucionar o SUS. Numa medida destinada a responder aos protestos que entidades médicas organizaram nas últimas semanas pelo País, o governo decidiu organizar a entrada dos médicos estrangeiros em duas etapas. Numa primeira fase, irá reservar as vagas disponíveis para médicos brasileiros. Numa segunda fase, irá oferecer os postos remanescentes a estrangeiros interessados. Conforme apurou ISTOÉ, universidades e centros de pesquisa serão chamados a auxiliar no exame e na integração dos médicos de fora. Não é só.

Numa operação guardada em absoluto sigilo, o Ministério da Defesa também foi acionado para elaborar um plano de deslocamento e apoio aos profissionais – estrangeiros ou não – que irão trabalhar na Amazônia e outros pontos remotos do País, onde as instalações militares costumam funcionar como único ponto de referência do Estado brasileiro – inclusive para questões de saúde. O apoio militar prevê ainda um período de treinamento básico de selva com 24 dias de duração.



CARÊNCIA - Famílias e regiões mais pobres sofrem mais com a falta de médicos

Uma primeira experiência, ocorrida no início do ano, é ilustrativa do que deve acontecer. Em busca de médicos para 13 mil postos abertos em pontos remotos de 2,9 mil prefeituras do país, mas reservados exclusivamente a brasileiros, o Ministério da Saúde mal conseguiu preencher 3 mil vagas, ainda que oferecesse uma remuneração relativamente convidativa para recém-formados, no valor R\$ 8 mil mensais, o equivalente a um profissional de desempenho regular em estágio médio da carreira. Essa dificuldade se explica por várias razões. Poucas pessoas nascidas e criadas nos bairros de classe média das grandes cidades do País, origem de boa parte dos médicos brasileiros, têm disposição de abandonar amigos, família e todo um ambiente cultural para se embrenhar numa região desconhecida e inóspita. Isso vale não só para médicos, engenheiros, advogados, mas também para jornalistas.

O motivo essencial, contudo, reside numa regra econômica que regula boa parte da atividade humana, inclusive aquela que define chances e oportunidades para profissionais de saúde – a lei da oferta e a procura. Em função da elevação da renda da população e também de uma demografia que transformou o envelhecimento numa realidade urgente, nos últimos dez anos assistiu-se a uma evolução curiosa no universo da saúde brasileira. Formou-se a demanda por 146 mil novos médicos, no Brasil inteiro, mas nossas universidades só conseguiram produzir dois terços dessa quantia, deixando um déficit de 54 mil doutores ao fim de uma década. Num sintoma desse processo, os vencimentos dos médicos brasileiros ocupam, hoje, o primeiro lugar na remuneração de profissionais liberais, superando engenheiros e mesmo advogados.

Nos hospitais e nos órgãos públicos, há diversos relatos dramáticos que envolvem a dificuldade para se contratar médicos, mas poucos se comparam à situação enfrentada por Henrique Prata, gestor do Hospital do Câncer de Barretos, uma das mais respeitadas instituições do País na especialidade. Nem oferecendo um respeitável salário de R\$ 30 mil para seis profissionais que seriam enviados a Porto Velho, em Rondônia, ele conseguiu os especialistas que procurava. Henrique Prata explica: "Há cerca de dois anos venho notando a falta de médicos no Brasil. Hoje, oferecemos salário inicial de R\$ 18 mil por oito horas diárias de trabalho, mas não conseguimos gente para trabalhar. Está mais fácil achar ouro do que médico."



DIAGNÓSTICO - Ministro da Saúde, Alexandre Padilha: "Temos dois problemas. Faltam médicos e muitos estão no lugar errado"

Num ambiente onde carências se multiplicam, as famílias e regiões mais pobres sofrem mais – o que torna razoável, do ponto de vista da população, trazer profissionais estrangeiros para compensar a diferença. Até porque emprego de profissionais estrangeiros é, na medicina de hoje, um recurso comum em vários países. Na Inglaterra, 37% dos médicos se formaram no Exterior. No Canadá, esse número chega a 22% e, na Austrália, a 17%. No Brasil, o índice atual é de 1,79%. Se considerarmos somente os países em processo de desenvolvimento e subdesenvolvidos, a média nacional de 1,8 médico por mil habitantes já é considerada uma média baixa. A Argentina registra 3,2, o México 2 e a Venezuela de Hugo Chávez

1,9. Se a comparação é feita com países desenvolvidos, a nossa média cai vertiginosamente. A Alemanha, por exemplo, possui 3,6 médicos por mil habitantes. Ou seja, o Brasil tem cerca de metade dos médicos que uma nação civilizada necessita. Independentemente da polêmica que envolve a vinda de médicos estrangeiros, o fato é que faltam profissionais de saúde no País.

Como tantos problemas que o Brasil acumula ao longo de sua história, a desigualdade regional tem reflexos diretos na saúde das pessoas. Com 3,4 médicos por mil habitantes, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro têm um padrão quase igual ao de países desenvolvidos. São Paulo (com 2,4) também tem uma boa colocação. Mas 22 Estados brasileiros estão abaixo da média nacional e, em alguns deles, vive-se uma condição especialmente dramática. No Maranhão, o número é 0,58 por mil.

O plano para a chegada dos médicos

O Ministério da Defesa terá a missão de organizar a logística da vinda dos médicos estrangeiros para o Brasil. O plano já está sendo traçado e inclui:

- 1** Transporte dos médicos em aviões da FAB
- 2** Treinamento militar para os médicos que ficarão nas fronteiras do País
- 3** Palestras sobre as doenças comuns em áreas de fronteiras e "estágio" no Hospital das Forças Armadas
- 4** Apoio dos postos do exército em regiões isoladas e que não tenham estrutura própria de atendimento

No Amapá é 0,76. No Pará, cujo índice é de 0,77, 20 cidades não têm um único médico e outras 30 têm apenas um. "Muitas pessoas acreditam que o Brasil até que tem um bom número de médicos e que o único problema é que eles estariam no lugar errado", observa o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, que, como médico, passou boa parte da carreira no atendimento à população carente do Pará. "Temos os dois problemas. Faltam médicos e muitos estão no lugar errado."

O empenho do governo com o projeto se explica por um conjunto de motivos compreensíveis. Um deles é a oportunidade. A crise europeia levou a cortes imensos no serviço público do Velho Mundo, jogando no desemprego profissionais de países que, como a Espanha, se interessam pela remuneração que o governo brasileiro pode pagar. Em Portugal, o movimento é duplo. Médicos portugueses se interessam por empregos fora do País, enquanto os estrangeiros, especialmente cubanos, se tornaram interessantes para o governo, pois são mais baratos.

OS DOUTORES SE MANIFESTAM



REVOLTA DO JALECO BRANCO
Em Passo Fundo (1), Rio de Janeiro (2), Curitiba (3) e Brasília (4), médicos realizam protestos contra a decisão do governo de trazer profissionais do Exterior

Com uma média altíssima de médicos por habitante (6,7 por mil), o governo de Havana tem uma longa experiência de exportação de seus profissionais, inclusive para o Brasil. Por autorização do ministro da Saúde José Serra, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, médicos cubanos foram autorizados a atender a população brasileira em vários pontos do País. Em 2005, quando a autorização de permanência dos cubanos no Estado de Tocantins se encerrou, uma parcela da população chegou a correr até o aeroporto para impedir que eles fossem embora. Em Niterói (RJ), sua presença chegou a ser apontada como um fator importante para a redução de filas nos hospitais públicos. O prestígio dos cubanos nasceu de um encontro que une o útil ao agradável. O País tem uma medicina voltada para o atendimento básico – aquele que resolve 80% dos problemas que chegam a um consultório –, embora seja menos avançado em áreas mais complexas.

Do ponto de vista dos profissionais da Ilha, a vantagem também é econômica. O salário que recebem fora do País é compensador em relação aos vencimentos em Cuba e inclui uma poupança compulsória. Eles são autorizados a deixar seu País com a condição de embolsar metade dos vencimentos no Exterior – e só receber a outra parcela, acumulada numa conta especial, quando fazem a viagem de volta. Autor de um convênio que trocava petróleo por médicos, o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez construiu boa parte de sua popularidade com postos de saúde nas favelas de Caracas, administrados por profissionais cubanos. O efeito eleitoral óbvio da iniciativa não anulava o benefício real da população. No levantamento de uma década, encerrado em 2006, dados da Organização Mundial de Saúde registraram quedas importantes na mortalidade infantil da Venezuela. Os casos de morte por diarreia caíram de 83 para 30 por 100 mil crianças. Os de pneumonia foram reduzidos de 30 para 16 por 100 mil.

Demografia médica no Brasil

*Censo do CFM, Cremesp e Ministério da Saúde

QUANTIDADE:

388.015

(59,18% homens; 40,82% mulheres)

TITULAÇÃO:

Especialista
207.879
(53,57%)

Generalistas
180.136
(46,43%)

IDADE MÉDIA: **46** anos

TEMPO MÉDIO DE FORMADO: **20** anos

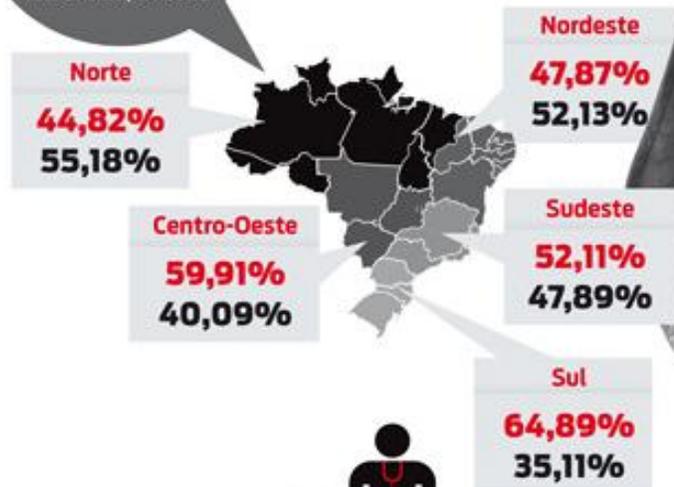
EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE MÉDICOS:

1910 | **13.270**
2010 | **364.757**

O Norte tem mais generalistas e o Sul, especialistas. Entre os Estados do Brasil, o Rio Grande do Sul tem a maior proporção de especialistas e o Maranhão, a menor

NA DISTRIBUIÇÃO POR REGIÕES DO PAÍS:

■ Especialistas ■ Generalistas



A POLÊMICA DAS PROVAS

Para ter o diploma de medicina obtido no Exterior validado no Brasil, os candidatos precisam fazer a prova do Revalida, aplicada pelo INEP. O exame é constituído por três provas: uma objetiva, uma discursiva e uma prova prática. Grande parte das perguntas é sobre saúde pública brasileira.

O governo vai abrir mão do Revalida para médicos estrangeiros interessados em trabalhar nos locais onde há carência de profissionais, pois se tiverem diploma reconhecido eles terão o direito, se quiserem, de abandonar as áreas isoladas e abrir consultórios nos centros urbanos, onde há excesso de profissionais.

POR ESPECIALIDADE:

Pediatria 30.112

Ginecologia e obstetrícia 25.032

Cirurgia geral 22.276

Clinica médica 21.890

Entre os médicos com 30 e 34 anos, cresce o número de especialistas



POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS
(números absolutos):

BRASIL - 193.867.971

São Paulo
41.901.219
(maior)

Roraima
469.524
(menor)

DISTRIBUIÇÃO DE MÉDICOS POR MIL HABITANTES (REGIÃO):



Brasil **1,8**

Países desenvolvidos
3,6 (Alemanha)



Sudeste **2,67**



Sul **2,09**



Centro-Oeste
2,05



Nordeste
1,23



Norte **1,01**

DISTRIBUIÇÃO DE MÉDICOS POR MIL HABITANTES (ESTADOS):

Distrito Federal
3,46 (maior) 

Maranhão
0,58 (menor) 

MÉDICOS FORMADOS NO EXTERIOR EM ATIVIDADE NO BRASIL:

Total - **7.259** médicos
(**66,29%** homens, **33,71%** mulheres)

MAIORES NACIONALIDADES:

-  Bolívia
-  Peru
-  Colômbia
-  Cuba
-  Argentina

MAIORES ESPECIALIDADES:

pediatria, ginecologia, anestesiologia, cardiologia, medicina do trabalho, cirurgia geral e clínica médica

ONDE ELES MORAM E TRABALHAM:

- Rondônia
- Acre
- Amazonas
- Roraima
- Pará

Ferida em sua popularidade quando faltam 16 meses para a eleição presidencial, na qual perdeu a condição de concorrente imbatível, Dilma Rousseff enfrenta a necessidade de construir uma marca própria para tentar a reeleição, pois agora o eleitor vai julgar seu desempenho, e não mais o mandato de Lula, como em 2010. Com a economia em marcha lenta e várias armadilhas nacionais e internacionais no meio do caminho, o esforço para exibir um ambiente de melhora na área de saúde pode ajudar na reconstrução política da presidenta. Com um certo otimismo, analistas simpáticos ao governo chegam a sugerir que, se for bem-sucedido, o plano Mais Médicos pode servir como alavanca para Dilma num movimento semelhante ao que o Bolsa Família representou para a reeleição de Lula, um candidato que teve o governo alvejado pelas denúncias do mensalão em 2005, mas acabou vitorioso em 2006.

A experiência ensina, contudo, que nenhuma receita eleitoral pode funcionar se não trazer melhorias verdadeiras aos diretamente interessados. Se o Bolsa Família colocou vários bens de primeira necessidade à mesa, o Mais Médicos terá de mostrar eficiência em sua área. E aí podem surgir problemas. O governo terá 90 dias para aprovar a Medida Provisória num Congresso ressabiado diante de determinadas iniciativas do Planalto – como o plebiscito – e vários episódios hostis. Embora nenhuma passeata recente tivesse exibido uma faixa pedindo mais médicos, o que seria até inusitado, a demanda por melhores serviços de saúde dá espaço à iniciativa do governo. Ainda assim, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), se diz desconfiado. “Nossa ideia é dar respostas às demandas das ruas. Vamos avaliar quais são as exigências e o que pode ser feito. Não vamos desconversar e mudar o foco dessas demandas”, diz.



REFORÇO MILITAR- O Exército foi acionado para elaborar um plano de deslocamento e apoio aos médicos

Outra questão, até mais relevante, envolve a oposição das entidades médicas. Num esforço evidente para proteger o mercado de trabalho, elas têm combatido o programa onde podem. Foi por sua iniciativa que o governo de Tocantins, em 2005, foi obrigado a interromper o trabalho dos médicos cubanos. As associações médicas conseguiram uma sentença, na Justiça, que anulou o acordo a partir da constatação de que eles não haviam revalidado seu diploma no país e não poderiam exercer a profissão no Brasil. O mesmo argumento é colocado agora. Informados de que o governo brasileiro pretende aprovar – ou rejeitar – os candidatos a partir de seu histórico escolar e da faculdade que lhes deu o diploma, sem fazer o exame de revalidação, chamado Revalida, os médicos reagem. “A isenção da prova é um absurdo. Em vez de criar estrutura em hospitais e postos e de transformar a carreira médica em uma carreira de Estado, o governo inventou uma manobra política para fazer de conta que o problema do Brasil é a falta de médicos. Na verdade, a crise é de gestão, de dinheiro muito mal aplicado. Não faltam médicos, falta estrutura mínima para que eles trabalhem na rede pública”, diz o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D’Ávila.

“NEM OFERECENDO R\$ 30 MIL”

O administrador do complexo do Hospital do Câncer de Barretos, com sede no interior de São Paulo, Henrique Prata, 60 anos, enfrenta diariamente os problemas causados pela falta de médicos disponíveis para o atendimento na rede pública. Considerado um dos centros de referência no tratamento da doença no País, o serviço tem mais cinco unidades (Jales e Fernandópolis (SP), Porto Velho (RO), Juazeiro do Norte (BA) e Campo Grande (MS). Atende hoje cerca de quatro mil pacientes por dia, todos pelo SUS. Mas poderia ser muito mais. “Estamos atendendo 30% a 40% menos pacientes do que seríamos capazes se conseguíssemos mais médicos”, diz Prata.

E isso não ocorre pela falta da oferta de um bom salário. Na rede, o médico já entra ganhando R\$ 18 mil por oito horas de trabalho diário. E pode chegar a ganhar até R\$ 30 mil. Aliás, é este o salário oferecido a quem se dispuser a ir trabalhar na unidade de Porto Velho. “Mas, mesmo assim, ninguém quer ir”, lamenta Prata. “Tenho vaga para seis profissionais, mas só três estão trabalhando lá. E tive que levá-los à força, no laço”, conta. Cada médico assina o contrato de apenas um ano de trabalho.

Segundo Prata, o grande problema no interior do País é que os profissionais estão sendo atraídos pela rede privada de atendimento, com salários ainda maiores. “Em todo o Estado de Rondônia há apenas dois especialistas em oncologia e ambos trabalham na rede privada”, diz. “Hoje, é mais fácil achar ouro do que médico. Por isso, sou a favor da importação de médicos, desde que sejam submetidos ao exame de validação do diploma.”

GASTOS EVITÁVEIS - Gasta-se muito no País com o tratamento das complicações de doenças que deveriam ser controladas no atendimento básico de saúde, mas não o são. Em 2012, por exemplo, o governo gastou R\$ 3,6 bilhões apenas com o tratamento de complicações associadas ao sobrepeso e à obesidade. Entre elas, diabetes tipo 2, diversos tipos de câncer (pâncreas, colorretal, endométrio e mama) e doenças cardiovasculares

O Ministério da Saúde alega que, se aplicasse o Revalida, não poderia impedir os médicos estrangeiros de trabalhar em qualquer ponto do País – em vez de mantê-los, sob contrato de três anos, em pontos distantes do país. O debate, nessa questão, pode nunca terminar. É legítimo, como sugerem as entidades médicas, observar que o governo procura um atalho para não submeter os estrangeiros ao exame Revalida, duríssimo, que, em sua última versão, aprovou menos de 9% dos candidatos e, na penúltima, 12%. Mas também é legítimo procurar assistir imediatamente uma população que não tem direito a nenhum médico para zelar por sua saúde. Quem diz isso é Hans Kluge, diretor da Divisão dos Sistemas de Saúde Pública da Organização Mundial de Saúde. Entrevistado pela BBC Brasil, Kluge disse que a vinda de estrangeiros não é nenhuma opção milagrosa, mas pode ser útil a curto prazo.



Embora os médicos sejam personagens centrais no sistema de saúde de um País, o debate sobre o atendimento tem um caráter político. Interessa a toda a população, que irá arcar com cada centavo do programa – orçado em R\$ 7, 4 bilhões – com o dinheiro de seus impostos. Desse ângulo, como sabe qualquer pessoa que já sofreu um acidente de automóvel, um enfarto dentro de um avião ou enfrentou imprevistos semelhantes, ninguém pergunta pelo diploma de um médico que estiver por perto. Apenas agradece por sua presença única. São pessoas nessa situação que podem ser beneficiadas pelos médicos estrangeiros.

PAULO MOREIRA LEITE, IZABELLE TORRES E NATHALIA ZIEMKIEWICZ são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ISTO É, Julho de 2013.**

A química da democracia (LUIZ FELIPE PONDÉ)

ESTAMOS diante de uma crise de representação política. A democracia moderna se caracteriza por ser representativa e não direta. Elegemos representantes e eles nos representam no Executivo e no Legislativo. Há muito tempo que este vínculo representativo no Brasil opera mal --vive-se a mesma coisa na Europa ocidental.

Julgo importantes momentos como o que vivemos, não somente para chamar nossos representantes de volta a suas funções (eles trabalham para nós e pagamos os salários deles), como para refletir sobre os riscos deste mesmo colapso de representação e o desordenamento político-social que dele decorre a médio prazo: sem supermercados, sem escolas, sem estradas, sem chegar ao trabalho, sem lazer, sem policiamento.

A "química das massas" é volátil, incendiária e instável, e apesar de a imensa maioria ter uma intenção pacífica, a interrupção contínua e crescente da ordem político-social, por definição, rompe esta mesma ordem trazendo à tona riscos. Mas nem todos os clássicos em política concordam com esta visão de risco do desgaste da ordem político-social. Alguns entendem que devemos buscar este desgaste e leem este mesmo desgaste como oportunidade criativa. Esta "química das massas" pode ser interpretada de diferentes formas.

Hobbes, por exemplo, que não é bem visto pela política contemporânea por ser posto "no saco" dos autoritários, entende que quando a ordem político-social se interrompe, "nossa química", que tem uma vocação latente para a desordem, a contingência e, por tabela, a violência (o que comumente se traduz dizendo que para Hobbes o homem é mau e a sociedade faz ele ser menos mau), entrará em ebulição a qualquer momento e a representatividade tem que retornar a funcionar, se não, caímos no caos social.

Este é o chamado pessimismo hobbesiano, que tende a valorizar a ordem a todo custo e defender o monopólio legítimo da violência na mão do Estado. Posições como a de Hobbes têm um defeito claro que é reprimir excessivamente qualquer tentativa de renovação das formas de representação. Daí ele ser mais afeito a temperamentos temerosos com relação a crises políticas agudas.

Rousseau, por outro lado, entende este desgaste como necessário para o surgimento da criatividade em política (Marx não está muito longe disso), daí ele ser típico de temperamentos mais revolucionários em política. Neste sentido, a violência decorrente da interrupção da ordem político-social é entendida como espaço para momentos de democracia direta. Alguns defendem esta posição falando de "violência criativa" ou mesmo "a política será feita nas ruas e não nas instituições" porque elas não mais representam os representados e seus anseios. Aqui esquerda radical e direita radical se encontram na condenação da representação (os partidos).

O defeito desta opção está no fato de a democracia direta ou "das ruas" tender facilmente (todo mundo sabe disso) à violência, linchamento e julgamentos populares sumários. Neste caso, enquanto hobbesianos tendem a temer a "química das massas", rousseauianos parecem torcer para esta química fazer novas receitas de "bolo social". O que pensa Tocqueville sobre esta mesma química da democracia? Tocqueville pensava que esta mesma química deve ser "cuidada" via mecanismos de pesos e contrapesos institucionais que reúnem desde assembleias muito locais, passando pelas instâncias de razão pública (tribunais, universidades, escolas, mídia), chegando ao Legislativo e Executivo estadual e federal.

Pare ele, não podemos abrir mão deste processo institucional de mitigação da "química da democracia" sob risco de esmagar o indivíduo sob a bota da tirania da maioria, de uma liberdade destrutiva e de uma igualdade com vocação para mediocridade, que elimina a própria criatividade cotidiana.

Por exemplo, no seu "Democracia na América", ele já dizia que não pode haver reeleição de representantes na democracia, se não dá em corrupção. Podemos começar a reforma por aí. Voto em Tocqueville. PS. Não estou no Facebook, se você "falar" comigo no Face, não sou eu.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Ideologia do consumo na escola (ROSELY SAYÃO)

NOS ÚLTIMOS dias, duas mães me contaram fatos acontecidos nas escolas que os filhos frequentam e que as deixaram bem aborrecidas. São dois exemplos que podem nos ajudar a pensar a respeito do papel da escola no mundo contemporâneo.

A primeira mãe contou que seu filho está num dos últimos anos do ensino fundamental e que a escola tem, anualmente, um evento que envolve as ciências da natureza. Essa é - ou pode ser - uma atividade muito boa para os alunos, que precisam usar os conceitos que aprendem na teoria de um modo prático e apresentar o trabalho aos visitantes do evento - em geral pais e parentes -, o que colabora para o desenvolvimento da linguagem oral ligada ao conhecimento.

Essa mãe, de um modo geral, apreciou bastante o acontecimento e ficou orgulhosa da participação do filho. Acontece que, dias depois, a escola enviou aos pais um questionário com o título "Pesquisa de Satisfação", com perguntas referentes ao evento que iam do uso do espaço à performance dos alunos.

Essa mãe não gostou nem um pouco desse questionário e, ao trocar ideias com outros pais sobre o assunto, percebeu que eles se dividem em dois grupos: os que apoiam essa atitude da escola e a consideram um ato de parceria entre família e escola e os que, como ela, não acham a atitude pertinente.

Já a outra mãe contou que a escola que o filho frequenta ofereceu "palestras" para as classes a respeito da nutrição e do valor de alguns alimentos. Acontece que quem ofereceu as tais "palestras" foi uma empresa que produz um desses alimentos, que foi distribuído graciosamente aos alunos após a explanação. Foi o que bastou para deixar essa mãe indignada e a fez procurar outra escola para o filho.

Qual é o elemento comum em situações tão diversas? O fato de pais e alunos serem tratados como consumidores pelas escolas. Sim: no mundo atual, o papel do consumidor tem merecido atenção especial de nossa sociedade, não é verdade? Direitos cada vez mais respeitados, publicidade cada vez mais cara, bens de consumo mais sofisticados. Vivemos na era do consumo. E a escola? Qual o seu papel social nesse contexto? Repercutir essa ideologia? Claro que não. Cabe à escola, na formação cidadã de seus alunos, usar o conhecimento para que eles, em meio a tantas ofertas e pressão para o consumo desenfreado, possam fazer escolhas conscientes, bem informadas e críticas.

E é bom saber que as escolas, quer queiram ou não, formam cidadãos, principalmente no "currículo oculto", ou seja, aquilo que é ensinado pelas atitudes tomadas, como essas de nossos exemplos. Os mais novos não vão à escola para satisfazer os pais, deixá-los orgulhosos ou para aprender a consumir. O mundo já se encarrega desse último item, muito bem por sinal.

Eles vão à escola para, por meio do conhecimento, entender melhor o mundo, desenvolver senso crítico e ser capazes de pensar de modo diferente de seus pais. É justamente isso que possibilita que o mundo mude, não é verdade? Ou queremos que eles vivam como seus pais? Se, no entanto, a escola não pensar minuciosamente naquilo que ensina de todas as formas, ficará submetida a várias ideologias, principalmente a do consumo. É isso que queremos para os mais novos?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Desacato (CONTARDO CALLIGARIS)

EM 2010, quando quis marcar o dia da inspeção veicular do meu carro, já não havia mais horários. A primeira data disponível era depois do fim do prazo de minha placa. A inspeção descobriu que meu escape estava furado. Naquele dia, a caminho do mecânico que trocava o tubo, meu carro passou por um radar e foi multado por circular sem certificação ambiental. Isso, eu descobri quando a multa chegou.

Tudo bem, não riam de mim, é que morei muito tempo na Europa e nos EUA, mas eis o que eu fiz: escrevi uma bonita carta ao DSV, Departamento de Operação do Sistema Viário, incluindo cópia dos documentos que atestavam 1) minha passagem pela inspeção na manhã do dia da multa, 2) o resultado da inspeção, 3) minha passagem pelo mecânico no mesmo dia, 4) a inspeção final. Expliquei que eu tinha sido multado no trajeto entre a inspeção e o mecânico que consertaria o defeito encontrado e pedi que o departamento reconsiderasse a multa. Talvez eu merecesse a multa de qualquer forma (pelo atraso inicial), mas a questão é: você recebeu resposta? Eu, nem sequer um sinal de que alguém tinha recebido minha correspondência.

O tempo passou. Neste ano, 2013, uma vez o IPVA pago, o licenciamento demorava a chegar. Um despachante descobriu que a multa de 2010, com juros e correção monetária, tinha reaparecido e impedia que meu carro fosse licenciado. O despachante "nunca viu tanto" quanto ao escutar a história de minha carta etc. - coisa de gringo mesmo, essa de acreditar que, naquele endereço indicado nas notificações, alguém se daria à pena de ler e responder a um cidadão.

Essa história me custou algum dinheiro, mas não fui pessoalmente nem à inspeção nem ao Detran. É minha desobediência civil de privilegiado: pago, mas não deixo o Estado abusar do que tenho de mais precioso, meu tempo. Para o Estado, em geral, o tempo do brasileiro não vale nada, e essa desvalorização do tempo do cidadão talvez seja mais injuriosa do que as eventuais falhas nos serviços. Nos serviços, podem faltar recursos (somos pobres), mas o descaso com o tempo do cidadão é só desprezo.

O mesmo desprezo aparece no fato de que a administração brasileira carece de mecanismos para proteger o cidadão contra os abusos do poder. Nos Estados democráticos, proteger o indivíduo é uma das grandes preocupações dos legisladores. Nos Estados totalitários (modernos e antigos) ou nos Estados de origem colonial acontece o contrário: o legislador protege a administração (o partido único, a "coletividade", o império, a corte de Lisboa, tanto faz) contra o reles súdito. Um leitor, Bárbaro, comentando a coluna da semana passada, assinala que os brasileiros não são vítimas só de descaso, "mas de intimidação mesmo, como atestam aqueles famigerados cartazes em qualquer repartição pública alertando o pobre cidadão que o desacato a funcionário público no exercício de seu trabalho é crime" (pena de seis meses a dois anos de detenção ou multa).

Talvez a reforma em curso do Código Penal acabe com o crime de desacato, que é uma pura coação do Estado contra o cidadão. Enquanto isso não acontece, proponho que, nas repartições públicas, ao lado do cartaz do desacato, seja pendurado outro, que lembre as punições para o funcionário e para o próprio Estado quando eles desacatam o cidadão que eles deveriam servir.

É uma boa ocasião, aliás, para sugerir que o termo "funcionário público" seja substituído por "servidor público". O que importa não é preencher bem uma função num governo ou numa administração: os torturadores eram ótimos funcionários da ditadura; o que importa é cumprir honradamente a tarefa de servir os cidadãos. A ausência de canais pelos quais seja realmente possível se queixar (junto com a ideia intimidante de que a queixa pode ser entendida como desacato) são provas da necessidade de uma reforma política profunda, que mude a relação do Estado com o cidadão.

Esta é uma coisa que qualquer psicanalista e psicoterapeuta constata e que vale no consultório e fora dele: escutar não é apenas uma condição para saber o que curar e como, escutar é tão importante quanto curar. Um governo que não escuta não terá legitimidade, mesmo que consiga curar alguns ou todos os males. Justamente, o silêncio do DSV fez com que eu gostasse de ver, alguns dias atrás, as vidraças do DETRAN quebradas pelas pedras dos manifestantes.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Democracia como mercadoria: censura, Facebook e vigilância global (MÁRCIA TIBURI)

O FACEBOOK, rede social das mais conhecidas e usadas entre nós brasileiros, vive de um paradoxo. De um lado, promove a democracia. De outro a impede. Todos sabemos que vivemos em um estado de vigilância global (quem nunca ouviu falar do sistema Echelon?) em que ninguém está livre enquanto, ao mesmo tempo, parece totalmente livre. Aquele que sabe disso, tenta usar o Facebook a seu favor e, de certo modo, perfura o sistema tramado com o cimento do autoritarismo, quando posta, "curte" ou "compartilha", alguma coisa que não deveria fazer parte do sistema.

Minha página do Facebook <http://www.facebook.com/pages/Marcia-Tiburi/125357957575256> foi bloqueada em graus e momentos diferentes. Primeiro, quando postei uma "Carta em apoio ao Movimento Passe Livre" e, no mesmo dia, compartilhei fotos e links onde a violência policial era evidente. A partir de então, foi impossível "postar" qualquer coisa. Mas as funções de mensagem, curtir e compartilhar (desde que eu entrasse em outros perfis e partilhasse de lá) mantinham-se intactas. Ontem, após tentar compartilhar links sobre os assassinatos na Favela da Maré, tornou-se impossível fazer qualquer coisa com minha página. Ou seja, eu estava postando ou compartilhando conteúdos "indesejáveis" ou "perigosos" para o sistema – e sobretudo, para o negócio que é o Facebook – e fui sumariamente bloqueada.

Criei outra página (uma página comum), entendendo que o desejo do sistema Facebook (uma mistura orgiástica de Estado-Igreja-TFP) é que páginas como a minha desapareçam. Mas isso não pode ser feito com uma tarja preta, e sim com travamentos sutis, com a diminuição das potencialidades de uso da página, pois que o Facebook não existe sem a fachada de democracia que ele vende. Hoje, com a outra página criada, consegui postar na minha página anterior como usuário externo (o que não é a mesma coisa), mas o mais incrível é que por meio dessa outra página eu até posto na minha, mas nada aparece como meu na minha time line. O Facebook, como tudo o que é hipócrita, não é direto, ele tenta enganar, confundir o pobre usuário que não está seguindo a sua norma. E neste caso, sim, o caso é a norma ideológica do capitalismo.

A televisão e os jornais das empresas de mídia já deixaram claro há muito tempo esse tipo de negócio relativo ao que vende e o que não vende. Democracia vende se for em doses levinhas. A diferença entre o Facebook e as mídias passadas (ainda presentes) é que este manipula o nosso desejo de democracia, fazendo-nos crer que estamos a realizá-la como coisa pessoal. E, de fato, podemos com o Facebook ir até o limite permitido, administrado e controlado por seus donos. Mas não mais, jamais mais do que o suportável pelo sistema.

O que está em jogo, a meu ver, é, portanto, o paradoxal – para não dizer ainda perverso – entendimento sobre democracia que está na base de uma rede como o Facebook. A democracia do Facebook é a "democracia enquanto mercadoria". Não a democracia que vai até as últimas consequências de sua própria realização. Não é a democracia de verdade, mas a democracia da fachada, para contentar os ingênuos. Não pensemos, neste sentido, que é o Facebook que promove as manifestações que vem acontecendo pelo mundo afora e no Brasil. Que o Facebook está do lado da multidão ou do povo (dois conceitos políticos que implicam liberdade), mas da massa que ele pensa controlar. O que acontece na vida concreta – aquilo que parece ajuda do Facebook – é apenas perfuração do sistema da publicidade à qual ele serve. Publicidade e Política são tão opostas como Deus e o Diabo que, infelizmente, se complementam mais cínica do que dialeticamente no mundo atual. Enquanto uns vendem democracia por aí a preço barato, outros tentam realizar sua verdade e pagam caro.

SNOWDEN

O Facebook combina muito com um país como o nosso. Combina muito com os EUA a perseguir o pobre Snowden, Robin Hood no grande cenário do "data-capital". Se a informação é capital (dados acumulados são o novo capitalismo), pobre de quem se deixa enganar pelo Banco Facebook e os demais que aparecem a toda hora.

Enquanto o Facebook vai jogando para baixo do tapete aquilo que não convém que os outros saibam, ele (e Google, Skype e demais plataformas) sabem de tudo sobre seus usuários, talvez o que seus próprios usuários jamais saibam. Na minha página nova <https://www.facebook.com/profile.php?id=100006243164470>, a primeira coisa que apareceu foi uma oferta de um tênis de marca[1]. Ali, por ter ainda pouca difusão (a antiga tinha uns 12 mil seguidores e era Fanpage), ainda dá pra postar o que eu quiser. Fato é que não há para onde possam fugir os otários do sistema que somos todos nós.

E não há como deixar de ser esse estranho tipo de otário – o que desconfia ou sabe) porque estamos todos juntos no mesmo campo de concentração de dados digitais. Na era em que o poder (de polícia, mas também nos dados do seu cartão de crédito e interesse de compras) está no controle dos dados, não se salva nem aquele que mantém segredo sobre si mesmo. Esse segredo não existe mais. No meio disso tudo, tomara que Edward Snowden sobreviva ao furor policial americano e encontra um lugar para morar nem que seja o Brasil. Abaixo, uma propaganda italiana que brinca com o sentido das coisas e, ao mesmo tempo, mostra o espírito cínico da propaganda:



P.S.: Dia desses tentei comprar um tênis sem marca ou que não tenha sido fabricado na China ou outros locais onde o trabalho escravo é mais comum do que aqui e descobri que não existia o dito tênis com exceção de uma marca brasileira que, segundo o esnobismo do vendedor, não se vendia em nenhuma loja daquele xóvim.

MÁRCIA TIBURI é filósofa, escreve para publicações conectadas à Filosofia e ao Jornalismo e professora universitária e, de vez em sempre, se revolta em seu blog: <http://filosofiacinza.com/>. **Do seu BLOG, Julho de 2013.**

O povo não se deixará enrolar (ALBERTO GOLDMAN)

POR QUE os sentimentos de revolta e de indignação - que se constata que estavam em estado latente nas profundezas da alma brasileira - só agora vieram à tona nas manifestações populares? A bandeira da gratuidade do transporte coletivo, compreendido por todos como algo inexecuível, não foi, isoladamente, a razão das manifestações de milhares de pessoas em todo o país.

Também não se pode creditar o sucesso dessas manifestações à recente oposição da população aos gastos com os estádios, que só era verbalizada por poucos. Nem foram as deficiências do poder público nas áreas de segurança, saúde e educação, que vêm de muito tempo e exigem ações de longo prazo, as razões das manifestações. Nem mesmo se originaram da repulsa à corrupção, que marcou o período petista e teve o seu ápice no episódio do mensalão com suas consequências por anos afora abatendo dezenas de altas autoridades da República. Nem da lerdeza do nosso sistema judiciário, que, até agora, não colocou ninguém na cadeia.

Mesmo a reforma política - sobre a qual cada um tem uma preferência e agora tão lembrada como indispensável diante da falta de representatividade dos atuais partidos - não foi razão suficiente. Nenhum desses motivos isoladamente explica as manifestações. Todos eles e outros mais, somados, sim! Enfim, por que essa indignação não explodiu antes? A meu ver, porque Lula e Dilma foram protegidos por bons resultados econômicos: inflação contida, diminuição do desemprego, crédito abundante e barato como incentivo ao consumo e aumentos salariais satisfatórios.

Poucos estavam dispostos a ouvir que a falta de sustentabilidade dos resultados obtidos no curto prazo iria se transformar em graves problemas no médio e no longo prazos. Aconteceu. Mais cedo do que se esperava, o quadro mudou. A inflação, em especial o custo dos alimentos, deu um salto astronômico. O emprego parou de crescer, o crédito diminuiu, os juros aumentaram e os aumentos de salários apenas recuperaram a inflação, quando muito.

A couraça que protegeu Lula e Dilma está se rompendo. A era Lula vai chegando ao fim, e Dilma vai se esvaindo. Passaram a ser atingidos pela revolta que estava encruada na alma dos brasileiros. Pensaram que o povo estava morto. Até agora, apenas uma parcela da população mostrou a sua indignação. Começou pelos que têm mais acesso à informação. O restante do povo começa aos poucos a se manifestar, o que se percebe nas pesquisas realizadas pelo Datafolha. Todos tiveram ganhos econômicos nas últimas décadas, mas suas expectativas também são de que a inflação não acabe com as suas conquistas. Que a economia produza mais e melhores empregos e que os serviços públicos respondam às suas demandas. Percebem que a estagnação do país pode frustrar-lhes.

As reações das pessoas mais simples levam mais tempo para se tornarem visíveis, mas não deixam de acontecer. Ainda virão mais fortes, à medida que vão se dando conta dos males que este governo tem feito ao país. A presidente, tendo perdido a credibilidade, não tem mais tempo para reformular o modelo político e econômico que o Lula implementou e que se exauriu.

Dilma ainda tem em suas mãos os meios materiais e a maioria no Congresso. Não será com demagogia ou com a enrolação dos pactos e plebiscitos ninguém sabe sobre o quê, na fase final de governo, que poderá vencer os desafios colocados. Resta-lhe arrastar-se até os últimos dias do mandato para entregar aos eleitos no próximo ano um país que esteja em condições de superar a herança maldita que vai deixar. Não salvará um novo mandato, mas, pelo menos, salvará a sua honra.

ALBERTO GOLDMAN, 75, é vice-presidente do PSDB e ex-governador de São Paulo (2010). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Julho de 2013.

Consumo, a porta de entrada da cidadania (FLÁVIO ROCHA)

NO MOMENTO em que não faltam candidatos a intérprete da "voz rouca das ruas", aqueles que identificaram e acompanham a migração dos 40 milhões de brasileiros para a emergente classe C podem esclarecer aspectos que ainda não mereceram atenção.

Muitos desses intérpretes continuam plugados em um modelo antigo para analisar o Brasil, mas a velha pirâmide social se transformou num losango com o ingresso da nova classe consumidora. Boa parte dos cidadãos que deixaram seu comodismo e letargia para fazer barulho e protestar nas ruas de todo o país cumpriu um aprendizado completo antes de alcançar o estágio da questão política. Eram súditos apáticos e conformados. Ao conquistarem a capacidade de consumir, conheceram seu poder de exigir o que lhe havia sido prometido numa operação de crédito ou num serviço de telefonia, por exemplo. Perderam o medo de protestar.

Nós, do varejo, além de espectadores privilegiados dessa evolução, temos sido partícipes da vida dos atores desse movimento social. A transformação do súdito em cidadão foi possibilitada por empresas que não foram afetadas pelo pibinho, exatamente porque se alimentam da força motora desse novo contingente de consumidores. Foram essas empresas que abriram as primeiras linhas de crédito para o público emergente, não instituições bancárias. O resultado é que o varejo brasileiro é hoje o maior especialista em classe C - conhece seus anseios e se antecipa no atendimento de suas demandas.

Definiu-se um verdadeiro processo de transformações demográficas e sociais. Seria ingenuidade imaginar que mudanças tão profundas ficariam restritas ao mundo econômico. Os reflexos políticos seriam mesmo inevitáveis. Só não viu quem não quis ver. Os emergentes protagonizam uma mudança radical na relação com o Estado. Antes, a via era de mão única e pouco diferia daquela que os colonizadores portugueses estabeleceram com os nativos. Os súditos se deslumbram com miçangas, quinquilharias e bugigangas.

A grande novidade para cada um dos indivíduos que compõem as dezenas de milhões que deixaram a pobreza é a reciprocidade.] A figura do consumidor passou a se sobrepor ao velho Jeca Tatu urbano. E o cidadão começou a ganhar importância. Descobriu a necessidade de exigir contrapartida. Aprendeu a questionar constantemente a relação custo-benefício. Aprendeu os benefícios da concorrência e passou a se indignar com quem vende mais caro.

Assim como faz com seus fornecedores, o cidadão-consumidor começa a cobrar do governo a correta aplicação dos recursos dos impostos que ele paga e o mesmo nível de eficiência, qualidade e excelência que reclama dos produtos e serviços que contrata. Ineficiência? Desperdício? Corrupção? É incompatível. Quando o Brasil conquistou o privilégio de sediar os três maiores eventos esportivos do planeta, nossos governantes devem ter imaginado que tamanha overdose de pão e circo garantiria eleições e reeleições por muito tempo. Jamais poderiam imaginar que, em vez de perguntas sobre

quando e onde seria a festa, surgissem incômodas questões: Quanto custa? Por que no Brasil é mais caro? Quem paga? A saudável e profunda transformação na postura do cidadão-consumidor está por trás do grande susto do qual governantes e políticos demoram a se recompor. Não se crê mais em um Estado provedor todo-poderoso. Depois de 25 anos, finalmente começa a ser regulamentado um artigo da Constituição Federal (de autoria do então deputado constituinte Afif Domingos) que garante a todos os brasileiros a transparência dos tributos e permite que o consumidor-contribuinte saiba o quanto a manutenção do Estado pesa no seu bolso.

A verdade é que muitos reduziram o recado da voz rouca das ruas a pleitos pontuais, quando a resposta está na mudança de postura do cidadão, que aprendeu a cobrar enquanto consumidor. E suas primeiras reivindicações são custos menores e um Estado menos presente. Sem se esquecer de exigir a troca de liquidificadores ou geladeiras com defeito, o brasileiro começa a enxergar a viabilidade de um recall também para quem não se mostra capaz de fazer bom uso do mandato popular que lhe foi delegado.

FLÁVIO ROCHA, 55, é presidente da Riachuelo e do Instituto para Desenvolvimento do Varejo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

A aguçada percepção do Congresso (ROBERTO LIVIANU)

SOA preconceituoso e autoritário afirmar que a voz da rua contra a PEC 37 foi mugido de procissão, como fez Luiz Fernando Pacheco há alguns dias, nesta seção. Ele parte de equívocos e afirmações carregadas de maledicências ofensivas, generalistas e gratuitas.

Os caras-pintadas voltaram para reivindicar pautas como a revogação do aumento da tarifa de ônibus e a rejeição da proposta de emenda constitucional 37, esta como caminho para a redução da impunidade e controle da corrupção. A PEC 37 vinha sendo debatida desde o ano passado, tendo havido inúmeras discussões no universo acadêmico e no parlamentar. Acabou sendo compreendida e eleita pelo povo como caminho concreto para a não ampliação da impunidade -- especialmente da corrupção.

Faz sentido essa percepção. Em 7 de fevereiro de 2000, o Brasil subscreveu o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI) para julgar crimes contra a humanidade que os países individualmente não conseguiriam responsabilizar. Dar ao Ministério Público o poder de investigação para apurar crimes contra a humanidade, como os genocídios, foi considerada a maior conquista do estatuto para a civilização. É óbvio que estava sendo feita ali clara opção para questões de dentro e de fora do país.

É injusto afirmar que o Poder Legislativo foi covarde e sem personalidade. Muito pelo contrário. O placar da rejeição da PEC 37 (430 votos contrários e 9 a favor) é resultado de aguçada percepção do Parlamento. Seria gravemente equivocado impedir o Ministério Público de investigar crimes, colocando o país no mesmo patamar de Uganda, Quênia e Indonésia. Detalhe: Uganda e Quênia têm ex-mandatários réus no Tribunal Penal Internacional. Com certeza, o Parlamento levou em conta que, nos anos de chumbo no Brasil, quando a polícia matava a mando do Estado, sem acusação nem julgamento, quem investigou e responsabilizou os criminosos foi o Ministério Público, representando por corajosos promotores, entre os quais Hélio Bicudo.

Afinal, quem conseguiria ter investigado o "esquadrão da morte"? A corregedoria da polícia? Quem investiga os crimes contra os direitos humanos no Brasil? Promotores não querem substituir a polícia. Louvam-na e querem continuar realizando esse trabalho conjunto. Sem santificações. Com eficiência. O Ministério Público quer a regulamentação da investigação criminal. Todos devem poder investigar crimes quando necessário. Inclusive o Ministério Público. O Poder Legislativo nas comissões parlamentares de inquérito, o Banco Central, a Receita Federal, as corregedorias, as controladorias, a imprensa, os detetives, os cidadãos. Monopólios não são saudáveis na democracia. Desde John Locke, consolida-se a ideia da dispersão do poder como elemento fundamental para seu exercício em prol da comunidade.

Nós, promotores, não somos máquinas de acusar. Trabalhamos pela justiça, com ética e lealdade, e não hesitamos em pedir as absolvições necessárias. Estamos e sempre estaremos conectados e atentos às necessidades da sociedade. Somos seres humanos e erramos. Devemos querer e queremos ser controlados em relação a eventuais exageros e, quando for caso, punidos individualmente. Mas não seria adequado sermos punidos pelos mais que prevalentes acertos. Não se amputa a instituição, desprotegendo a sociedade. Parabéns ao Parlamento, que agiu lastreado pela legitimidade do voto popular. Viva a democracia!

ROBERTO LIVIANU, 44, é promotor de Justiça em São Paulo, doutor em direito pela USP, presidente do Movimento do Ministério Público Democrático e coordenador da campanha #naoaPEC37. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Plebiscito é o melhor caminho para a reforma política? NÃO

A pauta que parou (FLÁVIO FLORES FIERRENBACH)

O BRASIL tem uma Constituição, instrumento jurídico cuja finalidade é limitar o poder político. A Constituição é o estatuto do governo e as hipóteses de soberania popular nela previstas não podem ser usadas como pronto-socorro.

Caso o Brasil sobreviva mais 200 anos a seus políticos, algum dia, no futuro, quando se examinar o arquivo morto correspondente à atual fase de nossa história, será encontrado o atestado de óbito de instituições que perecem por doença de lenta evolução. Metástases avançadas tomam conta dos organismos, alastrando-se impiedosamente nos Estados e municípios, empresas públicas e autarquias, entes da administração pública e na vida privada. A certidão será lavrada com a estampilha maldita da corrupção - a miúda e a graúda -, usada de modo constante, corriqueiro, quase casual, como instrumento de poder.

Para lembrar apenas o conhecido episódio de Ruy, estarrecido diante da vitória das nulidades, ou o célebre sermão do padre Vieira, na conjugação do verbo rapio, tudo o que já se disse no Brasil, em todas as épocas, acerca da roubalheira despudorada, da gatunagem institucionalizada, dos sobrepreços criminosos, da malfeitoria organizada, da impune confusão entre a "res publica" e a "cosa nostra" não passa de pálida imagem de aquarela ante as tintas sombrias dos delitos que se sucedem como pragas bíblicas.

Até poucos dias atrás, parecia que não indignavam mais ninguém. O escândalo de cada semana tornava perempto o da anterior e assim imaginávamos que seria na seguinte. Esse crime continuado tinha de parar. Há de parar. A afronta a elementares princípios éticos não pode se tornar banal. Ontem, era imperativo lutar por liberdade. Hoje, pela decência. Era preciso um gesto inicial de esperança, que chegasse para dar impulso a uma tarefa pedagógica de compostura e limpeza. Não veio dos políticos. Nem da universidade. Veio de onde menos se esperava, do povo, consciente de que já não lhe bastam pão e circo. O povo, por enquanto, pode não saber bem o que quer, mas bem sabe o que não quer.

Faz pouco mais de uma semana, poderia ter sido consultado o Conselho da República, medida prevista nos artigos 89 e 90 da Constituição Federal. Porém, a presidente optou por outra saída. Agora é tarde. As fórmulas mágicas, as alquimias políticas, meros placebos institucionais, nada resolvem, só agravam e prolongam a doença. Refiro-me à constituinte exclusiva e aos plebiscitos com alguma autoridade e nenhum ressentimento. Em 1985, na transição do regime militar para a democracia, foram minhas ambas as propostas. No Congresso Nacional, fiquei vencido.

Entretanto, tive o apoio da sociedade civil e da Ordem dos Advogados do Brasil. Agora, a ideia velha da constituinte foi abortada em 24 horas. O povo sabe que o Congresso é poder constituído e não constituinte. Outrora, o povo saiu às ruas por falta de uma Constituição. Hoje, não.

Os pronunciamentos populares, sejam plebiscitos ou referendos, já foram matrizes de algumas ditaduras e ajudaram a sepultar outras. Estão sempre na ambiguidade da transição, ponto de partida ou ocaso de um regime de exceção. A história ensina que a confusão entre democracia e democratismo geralmente termina mal. Os governos desapetrechados costumam perder a estabilidade quando atiram no próprio pé.

Espera-se dos intelectuais clareza nas ideias. Dos políticos, na ação. Aos sociólogos, cabe dar explicações, interpretar os fatos. Aos políticos, cabe apontar caminhos. Senão, o povo escolherá o seu trajeto. Não vai combinar com a polícia e vai passar por cima da hipocrisia dos que ostentam o monopólio da virtude.

FLAVIO FLORES BIERRENBACH, 73, é ministro aposentado do Superior Tribunal Militar. Foi procurador do Estado de São Paulo, vereador, deputado estadual e deputado federal (PMDB). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Para reinventar a democracia (BRENO ALTMAN)

OS DOIS argumentos principais contra o plebiscito para reforma política transitam entre o cinismo e a demofobia. O primeiro deles é que, nas ruas, poucos pediram alteração do sistema institucional - apesar do apoio de 68% dos eleitores, detectado por pesquisas como a do Datafolha, à proposta da presidente Dilma Rousseff.

O segundo alega que sobra complexidade técnica e falta tempo para que o povo se pronuncie acerca do tema antes de 2014, sugerindo que deveria ser deixado para os conciliábulos do Parlamento. Na melhor das hipóteses, depois de fechado o pacote, os eleitores seriam chamados a referendá-lo. Ambos os raciocínios afundam na mesma areia movediça ao desconsiderarem que a cultura da qual emanam múltiplos movimentos e reivindicações é fruto da ruptura entre a vontade popular e as instituições políticas.

Quando acenou para a abertura de processo constituinte, por meio de consulta à cidadania, a chefe de Estado não se limitou a bandeiras desfraldadas nas manifestações. De forma audaciosa, exigiu a refundação política da República, calibrada pelo protagonismo direto dos cidadãos. Mesmo que a ideia original tenha sido modificada, o plebiscito sobre reforma política é caminho que vai além de ouvir as ruas, pois a essas devolve o poder originário previsto na Constituição. Sem esse passo, qualquer outra iniciativa será parte do surrado axioma de que algo deve mudar para tudo permanecer como está.

Essa ferramenta pode liquidar o ordenamento autoritário, herança da transição conservadora à democracia. Salvo em processos eleitorais, a cidadania possui canais pobres de participação, apesar da sofisticada rede de organização da sociedade. As atuais regras eleitorais - com financiamento empresarial, proibição de doações sindicais e voto uninominal - facilitam a influência de grupos econômicos, diluem o confronto político-ideológico entre projetos e preservam históricas relações de clientelismo, tão preciosas ao poder de coronéis rurais e urbanos.

A interdição de contribuições empresariais e a implementação do voto em lista certamente constituiriam golpe duro contra essa faceta da ordem política. Aparte limpeza nos modos e costumes, tal reforma tenderia a transformar o voto nas eleições parlamentares em opção mais clara quanto a programas e partidos. O avanço poderia ser maior, contudo, se houvesse decisão de ir à raiz do problema, ampliando o território da soberania popular. A possibilidade de convocar plebiscitos impositivos por iniciativa dos próprios cidadãos, por exemplo, desde que apoiada por percentual mínimo de eleitores, estenderia as fronteiras democráticas.

Apenas o Parlamento, atualmente, detém essa prerrogativa. Ainda assim, seus resultados estão sujeitos à confirmação de deputados e senadores. Se o presidente da República também pudesse convocar plebiscitos, muitas das mazelas que caracterizam as negociações entre Poderes estariam fulminadas. Decide, em última instância, a cidadania soberana.

Ares frescos seriam igualmente lufados se houvesse recurso ao voto popular para o impedimento de governantes e parlamentares. Os norte-americanos chamam isso de recall, os venezuelanos também o aplicam e tem se mostrado eficaz mecanismo de controle do eleitorado sobre seus representantes. O fato é que a rebelião popular e juvenil iniciada em junho desnudou a putrefação e o emperramento do sistema político. As ruas lutam por mais democracia para reposicionar o Estado. O plebiscito se apresenta como passo indispensável para varrer entulhos oligárquicos.

BRENO ALTMAN, 51, é jornalista e diretor editorial do site Opera Mundi e da revista "Samuel". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Julho de 2013.

A multidão desgovernada e a causa da saúde (CRISTIANE SEGATTO)

Não se amplia um direito social com violência e autoritarismo. Nem com frases feitas do tipo "se a roubalheira acabar, a saúde melhora"

A REDUÇÃO das tarifas de transporte público aconteceu, mas ela não foi suficiente para conter a insatisfação "contra tudo o que está aí". Ontem (21), mais de um milhão de pessoas voltaram a ocupar as ruas em cerca de cem cidades. No início da semana, um comentário postado nas redes sociais dava o tom da frustração popular: "São R\$ 0,20, mas pode chamar de gota d'água".

As manifestações, ainda que sem foco objetivo, eram um acontecimento auspicioso enquanto representavam a mobilização pacífica em torno do desejo de construir um Brasil melhor. Multidões foram às ruas para exigir mais saúde, mais educação, transporte público decente, menos corrupção, mais liberdade de investigação sobre desmandos cometidos por autoridades. A semana começou bem e terminou muito mal. A noite de fúria e destruição vivida nas principais capitais adicionou às manifestações dois novos ingredientes que nenhum bem podem fazer à sociedade: violência e índole autoritária.

Ninguém entendeu direito que fenômeno é esse que estamos vivendo. De onde isso veio, para onde vai. Podemos ter uma única certeza: multidões desgovernadas que desprezam instituições conquistadas a tanto custo podem levar o Brasil ao pior dos mundos. Para ampliar direitos sociais precisamos de democracia. Não se avança com autoritarismo nem com frases feitas do tipo: "se a roubalheira acabar, a saúde melhora". É preciso ir além da indignação vazia. É preciso fazer contas, analisar orçamentos, confrontar a condição brasileira com a de outros países. É preciso refletir e debater no melhor espírito democrático.

Às vésperas das últimas eleições municipais, a saúde era a principal preocupação dos brasileiros, segundo uma pesquisa do Instituto Ibope. Só depois apareciam segurança pública e educação. Na esperança de contribuir para o debate lúcido e esclarecido, compilei alguns fatos e alguma análise sobre a saúde brasileira:

O QUE HÁ DE ERRADO COM A SAÚDE NO BRASIL?

A saúde brasileira enfrenta três grandes problemas: O primeiro é conviver com doenças superadas pelos países ricos nos anos 60, como diarreia, tuberculose e hanseníase.

O segundo é termos recursos comparáveis aos que as nações desenvolvidas gastavam nos anos 80, cerca de 8% do PIB - uma porcentagem insuficiente para acompanhar a inflação na área da medicina. Como ela aumentou muito nos últimos anos, hoje a França emprega em saúde mais de 11% do PIB. Os Estados Unidos empregam 15%.

O terceiro problema é a demanda pela medicina do século XXI, cujas drogas, tratamentos e exames sofisticados custam mais que o sistema de saúde é capaz de pagar. Se o país continuar investindo 8% do PIB em saúde, isso será suficiente apenas para manter o padrão de atendimento à saúde de que dispomos hoje. Para melhorar a qualidade dos serviços e bancar novas tecnologias e drogas mais caras, será necessário gastar mais.

FALTA DINHEIRO OU FALTA GESTÃO?

É preciso gastar mais e gastar melhor. O gasto brasileiro em saúde por habitante é semelhante ao do Chile, mas a mortalidade infantil no Brasil é quase o dobro da chilena. É apenas um dos sinais de que o dinheiro que o Brasil tem hoje para gastar em saúde poderia ser mais bem utilizado. Algumas ideias para melhorar a saúde:

• Organizar e fortalecer a rede básica

Cerca de 90% dos problemas de saúde que a população enfrenta podem ser resolvidos na rede básica. São males corriqueiros que podem ser tratados pelo médico de família ou nos postos de saúde. No Brasil, a rede básica é frágil. É por isso que, quando adoce, o brasileiro corre para o hospital. Isso é péssimo. O problema é empurrado para o nível de cima (o dos hospitais), que tem custos muito mais elevados. A fragilidade da rede básica fica evidente quando ocorre uma epidemia. A dengue é um exemplo clássico. A cada epidemia, os hospitais não dão conta da demanda extra e o atendimento das doenças mais graves fica prejudicado.

• Reduzir iniquidades

Mais de 45 milhões de pessoas têm plano de saúde no Brasil. Em geral, elas usam o plano apenas para consultas e internações de custo baixo ou moderado. Quando precisam de um serviço caro e de alta complexidade (transplantes ou drogas caríssimas contra o câncer, por exemplo), elas recorrem ao SUS. Até aí, nenhum problema. O SUS é um sistema de saúde universal. A classe média tem direito a ele como qualquer outro estrato social.

O injusto é afirmar que os remediados e os ricos são duplamente penalizados porque pagam altos impostos mas nunca usam os serviços públicos de saúde. Usamos sim. Quem nunca pisou num posto de saúde recorrerá ao SUS quando uma doença grave se instalar. Exigirá remédios caros com ações judiciais, receberá um fígado ou um rim novo sem gastar um centavo, tomará drogas imunossupressoras para o resto da vida. Sem colocar a mão no bolso e, em muitos casos, sem sair de casa. É só aguardar o motoboy contratado pelo SUS entregar o remédio em casa.

Os beneficiários dos planos de saúde têm todo o direito de usar o serviço público, mas é preciso deixar claro que, ao fazer isso, eles estão subsidiando os convênios. Como o orçamento público é limitado e os custos da medicina de ponta só crescem, o governo destina cada vez mais dinheiro para atender a classe média que tem plano de saúde. É por isso que há tanto tempo o Ministério da Saúde tenta ser ressarcido pelos planos de saúde quando os clientes deles são atendidos no SUS.

Em 2003, os gastos per capita do SUS no Nordeste (a região mais pobre do país) eram de R\$ 168 por ano. No Sudeste (a região mais rica) eram de R\$ 250. Nos últimos anos, a situação se manteve mais ou menos assim. A dependência do SUS no Nordeste é pelo menos o dobro da verificada no Nordeste. Quem mais precisa, menos recursos recebe. Para reduzir a injustiça, é preciso garantir melhor distribuição regional dos recursos públicos.

QUAL É O SEGREDO DAS CIDADES ONDE A SAÚDE É BOA?

A receita do sucesso cabe em duas linhas, mas pouquíssimos municípios conseguem colocá-la em prática. A análise dos que conseguem revela que a qualidade independe do porte do município. Cidades minúsculas ou capitais podem oferecer serviços de alto nível se estiverem dispostas a isso. Essa é uma decisão política e orçamentária. A população não deve se iludir. Orçamentos são finitos. Se uma área receber mais dinheiro, outra área receberá menos. Se a população quiser mais investimentos nas duas áreas, terá que aceitar o aumento de impostos. Para melhorar a saúde de um município, o bom prefeito deve ter duas obsessões:

Número 1: garantir que todos recebam atenção básica de qualidade – aquele primeiro atendimento, muitas vezes preventivo, nos postos de saúde ou em domicílio. Número 2: facilitar o acesso a especialistas e exames, sempre que necessário.

COMO MELHORAR A SAÚDE?

Em outubro do ano passado, visitei duas cidades consideradas campeãs de saúde, segundo o Índice de Desempenho do SUS, um levantamento detalhado feito pela primeira vez pelo Ministério da Saúde, com base em 24 indicadores.

Fui conhecer de perto o trabalho feito em Vitória (capital do Espírito do Santo) e em Arco-Íris, um município de 1,9 mil habitantes no interior de São Paulo. Segundo o IDSUS, Arco-Íris oferece o melhor atendimento de saúde do Brasil. Nenhum sistema de saúde é perfeito, mas os moradores reconhecem quando há avanços. As melhorias conquistadas por essas duas cidades podem ser resumidas em quatro lições:

• Reforçar a atenção básica

Em Vitória, as equipes que trabalham nos postos resolvem a maior parte dos problemas de saúde sem que o paciente precise se deslocar. Nas áreas de risco, os profissionais que visitam domicílios alcançam 100% das famílias. No restante da cidade, a cobertura é de 80% da população que depende do SUS. Dessa forma, a capital capixaba conseguiu receber nota 10 no indicador que avalia internações por causas evitáveis, como hipertensão, diabetes e problemas respiratórios.

- Garantir atendimento especializado

Com apenas 1,9 mil habitantes, Arco-Íris não tem estrutura para oferecer consultas com especialistas. Nem por isso os moradores ficam sem atendimento. Eles são encaminhados para cidades vizinhas. Para conseguir uma consulta não emergencial com ortopedista ou reumatologista, os moradores esperam cerca de um mês. Um prazo longe do ideal, mas bastante razoável quando comparado com muitos planos de saúde privados. Para reduzir os custos dos exames sofisticados, Arco-Íris firmou um consórcio com sete cidades vizinhas para comprar pacotes de consultas e exames. O preço dos procedimentos pode cair à metade. A prova de que deu certo foi a nota 10 no quesito “acesso à mamografia”.

- Valorizar os profissionais

Vitória investiu em concursos públicos e num plano de cargos e salários. Hoje, 96% dos profissionais são efetivos. A secretaria de saúde criou um programa de incentivo ao desempenho nas unidades de saúde. A proposta prevê o pagamento de bônus para os envolvidos na melhoria dos indicadores de saúde da população de cada área.

Em outubro, a médica de Arco-Íris recebia um salário de R\$ 17 mil brutos por mês, bem mais que os R\$ 6.500 do prefeito da cidade. Mais que o salário, as condições de trabalho garantiam a permanência da médica Liliana Lisboa Sanches na cidade. “Se preciso pedir um tomografia com urgência, consigo no mesmo dia. Nunca ouvi um ‘não’ da prefeitura. Histórias como essa demonstram a fragilidade da ideia de que basta contratar médicos no Exterior para garantir o atendimento da população em localidades distantes. Não faltam médicos no Brasil. Faltam condições de trabalho. A nacionalidade dos profissionais pouco importa. Um brasileiro, um cubano, um português enviado a uma cidade distante sem ter o básico pouco poderá fazer pela população. Em pouco tempo estará frustrado, estressado e fará o caminho de volta.

- Reconhecer fraquezas

Só melhora as condições de vida da população, o município que reconhece suas fraquezas. Só assim é possível avançar. Em outubro, ouvi a seguinte declaração de Luiz Carlos Reblin, secretário de saúde de Vitória: “Não somos perfeitos. Temos um grave problema nas urgências e emergências.” E mais adiante: “A população não entende como somos a melhor capital no IDSUS se há gente nos corredores dos hospitais.”

Esse é um problema que a cidade ainda não conseguiu resolver. A demanda é grande. A oferta de serviços é pequena. No Espírito Santo, há um déficit de 360 leitos de UTI. O Estado compra leitos no setor privado, mas os hospitais particulares também trabalham no limite. Apesar de ter sido considerada a melhor do país em saúde, Arco-Íris quer mais. A ambição, agora, é ter um pediatra e um mini pronto-socorro.

Quem diz que o SUS é péssimo tem razão apenas em parte. O SUS não é uniformemente ruim. Ele é desigual e injusto. Entender essas desigualdades e reconhecer as injustiças é o primeiro passo para reproduzir as boas experiências e consertar o que vai mal. Assim como a população de Arco-Íris, eu também tenho uma ambição. Minha ambição é constatar que a histórica energia mobilizadora das pessoas que marcharam em paz ajudou o Brasil a avançar – e não a retroceder.

CRISTIANE SEGATTO Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Julho de 2013.**

O ineditismo das ruas (FERNANDO COLLOR)

HÁ MESES, manifesto no Senado a preocupação com o esfacelamento das instituições, a crise entre os Poderes e o descrédito em relação à atividade política. No fundo, tudo está relacionado às reivindicações da sociedade neste momento de mobilização e protesto.

Como venho prenunciando, a crise institucional nos levou à derrocada do modelo de democracia representativa. Em outras palavras, levou ao fenômeno que chamei de paradoxo da legitimidade versus credibilidade. De maior legitimidade, com 100% de seus integrantes escolhidos pela população, o Legislativo é hoje o Poder de menor aceitação popular. O Judiciário, em cuja composição não há qualquer participação da sociedade, detém no momento a maior confiança da população. Entre os dois, o Executivo, em que apenas os chefes são eleitos e os demais integrantes, nomeados.

Tudo de que se tem reclamado, em última instância, deriva do atual sistema político, que há décadas se isola das forças sociais. Por isso defendo a adoção do parlamentarismo, que traria para dentro do Congresso a participação da sociedade civil. Com o modelo parlamentar, as refregas políticas e institucionais são arrefecidas e a administração pública torna-se ágil e eficaz. Pois, sob o presidencialismo de coalizão, constatamos em todos os níveis uma máquina pública travada, amarrada politicamente ao gerir serviços públicos essenciais.

O que vemos é o trabalho de planejadores, gestores e executores ofuscado. O que prevalece é a atuação de procuradores, auditores e fiscais. Assim, trocamos o conteúdo pela forma, o fim pelo meio, a trena pelo papel. O resultado virou coadjuvante numa cena em que a burocracia é protagonista. Em nome da eficiência cega, perdemos o rumo da eficácia. É fato ainda que essas manifestações em nada se comparam com as mais recentes vividas no país, a começar pela motivação e objetivos. Nos anos 60 e 70, lutava-se contra a ditadura e pela anistia. Nos anos 80, pleiteavam-se abertura e

eleições diretas. Em 1992, pedia-se a destituição do presidente da República. Hoje as demandas são inúmeras, genéricas e difusas.

Também diferem na abrangência, pois jamais assistimos a protestos em tantas cidades e ao mesmo tempo, assim como nunca tanta gente de idades, classes e ofícios tão diversos saiu às ruas. Mesmo na duração, nunca se mobilizou sem líderes e sem partidos por período tão longo. Se antes o cunho era eminentemente político, hoje somam-se vieses socioeconômico e de gestão pública, com o fio condutor pela mudança.

Portanto, não há como igualar o que vemos hoje com o que se viu no passado recente. A cobertura dos meios de comunicação também mudou. Não se reporta mais dos palcos dos acontecimentos, mas de sobrevoos. Apesar da avalanche de informações, com horas de rádio e TV ao vivo, as notícias e análises carecem de mais nitidez e conteúdo e menos subterfúgios midiáticos.

Em alguns casos, pende-se para a dissimulação da verdade. Algo estranho está no ar. Talvez, recuando ainda mais no tempo às revoltas do Vintém (1879-80) e da Vacina (1904) e elevando-as à enésima potência, os confrades e congreiras de plantão encontrem respostas para os protestos do terceiro milênio.

FERNANDO COLLOR, 63, é senador (PTB-AL). Foi presidente da República (1990-1992). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Snowden: o homem mais solitário do mundo (ANA FREITAS)

Entenda o caso do homem que vazou um dos maiores segredos dos EUA e se transformou em um problema internacional



Grafite de Snowden na França. (Foto: Thierry Ehrmann/Wikimedia Commons)

O cineasta norte-americano Oliver Stone disse nesta quinta-feira que o ex-técnico na CIA Edward Snowden, que está sendo procurado pelos EUA por divulgar ao mundo as informações secretas do projeto PRISM, é um "herói". Além dele, Danny Glover e John Cusack são outras celebridades dos EUA que manifestaram apoio ao ex-técnico da CIA, depois que uma pesquisa realizada em junho pelo Washington Post indicou que 43% dos norte-americanos apoiam os processos contra Snowden.

Durante um festival em Praga, na República Tcheca, Oliver Stone disse que Snowden "é um herói, porque revelou segredos que todos nós temos o direito de saber, e que os EUA têm repetidamente violado a quarta emenda [a quarta emenda é a parte da Constituição dos EUA que garante o sigilo de dados pessoais a não ser sob mandados]".

O ex-técnico da CIA está enfrentando acusações de espionagem nos EUA por trazer à tona os detalhes do PRISM, um projeto que garante o monitoramento dos dados pessoais de usuários de serviços do Google, do Yahoo, do Facebook, da Apple, entre outros.

Em O homem mais procurado do mundo, contamos como foi a primeira parte da saga de Snowden depois que a perseguição a ele começou nos EUA. Entenda:

O desenrolar da história parece roteiro de filme (do Oliver Stone, inclusive): Snowden aterrissou no Aeroporto de Sheremetyevo, em Moscou, na última terça. Da área de trânsito do aeroporto - isso é, antes de passar pelo controle de passaporte, já que o dele foi anulado pelo governo dos EUA - Snowden enviou pedidos de asilo a 21 países, incluindo o Brasil. Desses 21, doze já recusaram a requisição. O Ministério de Relações Exteriores disse nessa terça que não vai receber o ex-técnico da CIA, e deixará o pedido sem resposta. Outros países, como a Espanha, disseram que pedidos de asilo só são válidos se enviados uma vez que o cidadão já se encontrar dentro do território do país em que pretende se asilar.

O presidente boliviano Evo Morales, no entanto, deu uma declaração na terça-feira, 2, que deixou a possibilidade de receber Snowden em aberto. Comentando o caso, ele disse "Por que não?" A parte que parece um filme começa aí: Morales, na mesma terça, estava na Rússia para participar de uma reunião de países produtores de petróleo. Decolou de Moscou em um avião da Força Aérea Boliviana e então, surpreendentemente, foi informado que estava impedido pela França, pela Espanha e por Portugal de sobrevoar seus espaços aéreos. Sob perigo de ficar sem combustível, já que o plano original era reabastecer em Lisboa, o avião de Morales fez um pouso forçado na Áustria onde, de acordo com o governo boliviano, foi "sequestrado pelo imperialismo": ficou 14 horas em Viena, onde foi assediado pelo embaixador espanhol no país, que de acordo com o presidente boliviano, se ofereceu para tomar um café dentro do avião sob o pretexto de checar se Snowden não estava dentro da aeronave. Evo Morales recusou qualquer pedido do tipo, dizendo que 'não é ladrão'.

Na noite desta quarta-feira, 3, o avião de Evo Morales aterrissou na Bolívia, depois de mais uma escala para combustível, agora em Fortaleza. Os governos da Argentina, do Equador, da Rússia e do Brasil manifestaram solidariedade ao constrangimento que o presidente boliviano sofreu na Europa. "O constrangimento ao presidente Morales atinge não só à Bolívia, mas a toda América Latina. Compromete o diálogo entre os dois continentes e possíveis negociações entre eles. Exige pronta explicação e correspondentes escusas por parte dos países envolvidos nesta provocação", disse Dilma, em um trecho de sua declaração. Cristina Kirchner narrou sua perplexidade pelo Twitter, e o presidente Rafael Corrêa também expressou sua indignação.

O episódio se tornou um grande imbroglia diplomático, a julgar pelas reações dos líderes da América Latina, e apesar de os EUA terem negado qualquer tipo de participação na história, dizendo que os países europeus são soberanos em suas decisões sobre quem deixam ou não sobrevoar seu espaço aéreo, ficou claro para o mundo todo que não havia outro motivo para proibir Evo Morales de sobrevoar a Espanha, a França e Portugal que não fosse a desconfiança de que seu avião levava também Edward Snowden - mesmo que isso deixasse o presidente da Bolívia em risco de morte, já que o avião precisava ser reabastecido.

E onde está Snowden?

E afinal, o avião transportava Edward Snowden? Tudo indica que não. O ex-técnico, provavelmente, continua na área de trânsito do aeroporto de Moscou, o que tecnicamente significa que ele ainda não entrou no país, de acordo com uma análise de especialistas em segurança de Moscou à agência Associated Press. É como disse um resumo que correu ontem no Facebook: não há ninguém mais solitário no planeta do que Edward Snowden, o homem sem passaporte, com pedido de asilo já recusado por 12 países. Bolívia e Venezuela continuam sendo os únicos países a acenarem com a possibilidade de recebê-lo.

ANA FREITAS é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Julho de 2013.**

Lucas Rocha